



## Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - AD

nº 07/2015 – Aquisição de Bens Móveis ou Serviços

OFICIAL PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURINHÃ	
1º	
2º	

# CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS (FORNECIMENTO)

MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA BÁSICA DE 2º E 3º CICLO DR. JOÃO DAS REGRAS DE  
MIRAGAIA - LOURINHÃ

ENTRE:-----

**PRIMEIRO:** JOÃO DUARTE ANASTÁCIO DE CARVALHO, casado, natural de Lourinhã e residente no lugar e freguesia de Santa Bárbara, concelho de Lourinhã, **que outorga na qualidade de Presidente da Câmara e em representação do MUNICÍPIO DE LOURINHÃ**, pessoa coletiva de direito público número 502 177 101, com sede na Praça José Máximo da Costa, nesta vila, freguesia e concelho, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas a), f) e g), do nº 1, do artº 35º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, e alíneas f) e j), do nº 2, do artº 35º, da mesma Lei e por delegação de competências, nos termos de deliberação de Câmara realizada em 24/10/2013, conforme foi verificado pela ata consultada na presente data no site desta Câmara [www.cm-lourinha.pt](http://www.cm-lourinha.pt) sendo adiante designado como **primeiro outorgante**; e ----

**SEGUNDO:** ANA MARGARIDA PINHEIRO VIEIRA LOPES GASPARGASPAR, casada, natural da freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis, com domicílio profissional na morada da sede da empresa a seguir indicada, contribuinte fiscal nº 215 292 286, portador do Cartão de Cidadão nº 10869385 6ZY4, emitido pela República Portuguesa, válido até 08/07/2019 e que outorga na qualidade de administradora, em nome e em representação da Sociedade Comercial Anónima denominada “**NAUTILUS, S.A.**”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Gondomar, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503 653 179, com sede na Rua Senhora da Livração, nºs 1250 a 1300, freguesia de Foz do Sousa e Covelo e concelho de Gondomar, com o capital social de 2.657.000,00 €, conforme consta da Certidão Permanente cujo Código de Acesso é o 0722-5233-8073, subscrita em 10/12/2014 e válida até 10/12/2015, consultada na presente data, adiante designada por **segunda outorgante**.-----

----- É acordado e pelo presente reduzido a escrito, o Contrato de **AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS** referente ao **FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA BÁSICA DE 2º E 3º**

9 /

**CICLO DR. JOÃO DAS REGRAS DE MIRAGAIA - LOURINHÃ**, adjudicado à representada da segunda outorgante, mediante Concurso Público, nos termos do disposto nos artºs 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atualizada, por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em **20/04/2015**, que aprova também a **Minuta deste Contrato**, a qual se rege pelas Cláusulas seguintes:-----

**CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJECTO DO CONTRATO):** A representada da segunda outorgante obriga-se a: -----

1 - efetuar o **FORNECIMENTO** de acordo com as Cláusulas Técnicas (Parte II) do Caderno de Encargos do Procedimento e nas condições enunciadas na sua Proposta datada de **11/03/2015**, com referência ao Vocabulário Principal para os Contratos Públicos (CPV) 39160000 - 1, com descrição Mobiliário escolar, que tem por objeto principal a aquisição de Mobiliário Escolar para a Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. João das Regras – Miragaia, incluindo os trabalhos complementares inerentes à sua montagem nos termos do Anexo I, Especificações Técnicas do Caderno de Encargos do Procedimento.-----

2 – A representada da segunda outorgante obriga-se ainda a cumprir rigorosamente o estipulado nas cláusulas 6ª, 7ª, e 9ª, do Caderno de Encargos do Procedimento. -----

**CLÁUSULA SEGUNDA (PREÇO):** -----

1 - Pela execução deste Contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, o Município de Lourinhã, representado pelo primeiro outorgante, obriga-se a pagar à representada da segunda outorgante o valor total de **123.989,00 €** (cento e vinte e tres mil, novecentos e oitenta e nove euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor (23%), no valor de **28.517,47 €** (vinte e oito mil, quinhentos e dezassete euros e quarenta e sete centimos), o que perfaz o montante total de **152.506,47 €** (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e seis euros e quarenta e sete centimos).-----

2 - O preço referido no número 1 desta cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao representado do primeiro outorgante, assim como





## Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - AD

nº 07/2015 – Aquisição de Bens Móveis ou Serviços

OFICIAL PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURINHÃ	
1º	
2º	

as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, inerentes a esta prestação de serviços.-----

3 – Os preços unitários apresentados na proposta da representada da segunda outorgante incluem todos os acessórios e trabalhos necessários inerentes à montagem dos bens objeto deste contrato, e indicados no Anexo I das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos do Procedimento.-----

### **CLÁUSULA TERCEIRA (FORMA, PROCESSO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO):**-----

1 - O representado do primeiro outorgante compromete-se a efectuar o pagamento, no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data da aceitação ou verificação das conformidades dos bens pelo Município da Lourinhã e da apresentação das respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação correspondente;-----

2 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento total dos bens adquiridos, objeto deste contrato.-----

3 - Em caso de discordância por parte do representado do primeiro outorgante, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar à representada da segunda outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.-----

4 – Desde que devidamente emitida e observado o disposto no número 1, desta Cláusula, a fatura será paga através de emissão de cheque ou transferência bancária, após a confirmação da prestação de serviços em boas condições pelos serviços da Câmara Municipal da Lourinhã responsáveis pela verificação.-----

### **CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO):**-----

1 - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser executados de acordo com as condições exigidas pelo Caderno de Encargos do Procedimento no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.-----

2

**CLÁUSULA QUINTA (LOCAL):** A representada da segunda outorgante deverá executar os serviços, objeto deste Contrato na Escola Básica do 2,3 Ciclo Dr. João das Regras, Rua dos Moinhos, nº 44 2530-427 Miragaia - Lourinhã.-----

**CLÁUSULA SEXTA (CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES):** Não há lugar a prestação da caução, nos termos do Caderno de Encargos do Procedimento, a representada do primeiro outorgante reserva-se a faculdade de proceder, de acordo com o previsto no Programa de Procedimentos, Artigo 29º do Capítulo VI, à retenção dos dez por cento (10%) do valor dos pagamentos a que houver lugar.-----

**CLÁUSULA SÉTIMA (FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS):** O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, por o respetivo valor não ultrapassar o que foi fixado no artigo 145.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).--

**CLÁUSULA OITAVA (ENCARGOS E CABIMENTO):** O encargo deste contrato é o que resulta das suas cláusulas 2ª e 4ª, tem cabimento nas dotações inscritas nas classificações orgânicas 0102 – Câmara Municipal, na classificação funcional 211, na classificação Económica 07011002 – Outro e na GOP'S 2 Funções Sociais 1.1 Ensino não Superior 2010/28 Construção da nova Escola Básica 2º e 3º Ciclo João das Regras Acc.:6 Mobiliário e painéis fotovoltaicos, do orçamento de 2015, cuja dotação inicial é de 795.450,00€ (setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta euros).-----

2 - Para efeitos do cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21/02 e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21/06, é necessária a requisição oficial, juntando-se para o efeito a Informação de Compromisso número 20612 e Ficha de Compromisso, datadas de 24/04/2015, fazendo ambas parte integrante deste Contrato.-----

3- O encargo assumido pelo representado do primeiro outorgante fica condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito do disposto na Lei nº 8/2012, de 21/02 e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21/07, não havendo lugar a qualquer indemnização daí decorrente.-----

4 – Das faturas deverão constar os números de compromisso válidos e sequenciais, conforme o disposto na Lei nº 8/2012, de 21/12 e no Decreto-Lei nº 127/02, de 21/07, sob pena de devolução imediata.-----





## Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - AD

nº 07/2015 – Aquisição de Bens Móveis ou Serviços

OFICIAL PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURINHÃ	
1º	
2º	

5 - Prevalece sobre o presente Contrato o previsto na Lei nº 8/2012, de 21/12, nos termos do seu artº 13º, obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.-----

**CLÁUSULA NONA (OUTROS ENCARGOS):** Todas as despesas e encargos inerentes à celebração deste contrato, são da responsabilidade da representada da segunda outorgante, incluindo os Encargos Gerais fixados no artº 445º, do Código dos Contratos Públicos.-----

**CLÁUSULA DÉCIMA (INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO):** No caso de incumprimento das obrigações assumidas neste contrato ou parte delas, por facto que seja imputável aos representados do primeiro e segundo outorgantes, são aplicadas para cada um deles, com as necessárias adaptações, as regras constantes do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as que se referem à Resolução do Contrato, à Aplicação de Sanções e Penalidades Contratuais, sem prejuízo do estipulado no Caderno de Encargos do Procedimento.-----

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO):** A representada da segunda outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, nem proceder à subcontratação de quaisquer prestações contratuais.-

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (REGIME CONTRA - ORDENACIONAL):** É aplicado com as necessárias adaptações, o disposto no Código dos Contratos Públicos.-----

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DOCUMENTOS INTEGRANTES):** Fazem parte integrante deste contrato e a eles se recorrerá quando necessário:-----

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código];-----

b) O Caderno de Encargos do Procedimento;-----

c) A proposta adjudicada;-----

d) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos do Procedimento.-----

9/

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (PREVALÊNCIA):** -----

1 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.-

2 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a d) da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (LEI APLICÁVEL):** Em tudo o omissso ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação em vigor, nomeadamente:-----

a) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada (Código dos Contratos Públicos);-----

b) A lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens objeto deste Contrato, à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor;-----

c) O Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atualizada;-----

d) A restante legislação e regulamentação aplicável. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (ENTRADA EM VIGOR):** Nos termos da lei o presente contrato torna-se efetivo na data da assinatura do mesmo [sem prejuízo do disposto no nº 1, da cláusula 4ª deste Contrato].-

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (FORO COMPETENTE):** Convenciona-se, por acordo entre as partes, que em caso de necessidade e para dirimir todas as questões emergentes do presente contrato será competente o **Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa**, com expressa renúncia a qualquer outro.---

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES):**-----

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.-----

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.-----





## Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - AD

nº 07/2015 – Aquisição de Bens Móveis ou Serviços

ORÇAL PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURINHÃ	
1º	
2º	

-----Tendo tomado inteiro conhecimento do mesmo, os outorgantes, na qualidade em que outorgam, aceitam e se obrigam, ao cumprimento deste Contrato, das Cláusulas, Condições e Obrigações em que o mesmo está exarado.-----

-----O presente Contrato é celebrado e devidamente assinado pelos outorgantes, na qualidade em que outorgam, sendo posteriormente submetido na Plataforma Electrónica [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com), fazendo parte do mesmo os documentos relativos à fase da sua formação, aí acedidos e que a seguir se indicam:-----

- 1 – Lançamento do Procedimento - Informação nº 5/2015, de 30/01/2015, da Coordenação de Educação, com Despacho datado de 02/02/2015, relativa à abertura de concurso, Informação nº 6/2015, de 03/02/2015, retificação ao mapa de quantidades do mobiliário escolar e Informação nº 9/2015, de 12/02/2015 dos Concursos, relativo à Autorização da despesa, Aprovação das peças do procedimento e à Abertura do Procedimento e às condições do mesmo, à qual foi anexa a Informação e Ficha de Cabimento, donde consta que a dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao Contrato, está inscrita no ano económico da celebração do mesmo;-----
- 2 – Processo de concurso: Programa de Concurso e Caderno de Encargos do Concurso – Parte I (Disposições Gerais), Parte II (Cláusulas Jurídicas), Parte III (Cláusulas Técnicas e Anexo I Especificações Técnicas), Programa do Procedimento e respetivos Anexos;-----
- 3 – Anúncio – Lançamento do Concurso: Anúncio no DR;-----
- 4 – Lista dos Interessados: 24 empresas;-----
- 5 – Listagem de Concorrentes: 6 empresas;-----
- 6 – Proposta Adjudicada, Documentos que acompanham a Proposta e Recibo Comprovativo da sua Entrega;-----
- 7 – Relatório Preliminar e Mapa Comparativo das Propostas;-----
- 8 – Documentos comprovativos de ter sido efetuada a Audiência Prévia dos Interessados;-----

9 – Certidão da Deliberação, tomada na reunião Câmara realizada no dia 20/04/2015, conforme foi verificado pela respetiva ata consultada no site da Câmara [www.cm-lourinha.pt](http://www.cm-lourinha.pt), relativa à Adjudicação do Concurso;-----

10 – Relatório Final, aprovado em reunião de Câmara realizada no dia 20/04/2015, conforme foi verificado pela respetiva ata consultada no site da Câmara [www.cm-lourinha.pt](http://www.cm-lourinha.pt);-----

11 - Minuta do Contrato, aprovada em reunião de câmara realizada em 20/04/2015 conforme foi verificado pela respetiva ata consultada no site da Câmara [www.cm-lourinha.pt](http://www.cm-lourinha.pt);-----

12 – Esclarecimentos, Informações e Avisos sobre: a Fase do Procedimento e a Fase do Contrato (Elementos do Contrato e Documentos a solicitar - comprovativos da aceitação da Minuta do Contrato);-----

13 – Documentos de Habilitação, nomeadamente:-----

a) Alínea d), do artº 55º, do CCP: Declaração da Segurança Social, comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida em 14/04/2015 e válida por quatro meses; -----

b) Alínea e), do artº 55º, do CCP: Certidão emitida em 21/04/2015 pela Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviço de Finanças de Gondomar, comprovativa da situação tributária regularizada e válida por seis meses;-----

c) Alínea i), do artº 55º, do CCP: o(s) Certificado(s) de Registo Criminal, emitido(s) em 25/03/2015 e 09/04/2015, válido(s) por três meses;-----

14 – Cabimento e Compromisso da Despesa – ano 2015: -----

a) - Informação e Ficha de Cabimento, donde consta que a dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao Contrato, está inscrita no ano económico da celebração do mesmo (2015);-----

b) - Informação e Ficha de Compromisso, comprovativas da sua assunção para o ano de 2015;-----

15 – Documentos de Identificação, nomeadamente:-----

a) Certidão Permanente - Matrícula e todas as Inscrições em Vigor, obtida através do Código de Acesso 0722-5233-8073, subscrita em 10/12/2014 e válida até 10/12/2015;-----

b) Fotocópia não certificada do Cartão de Cidadão da segunda outorgante;-----





## Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - AD

nº 07/2015 – Aquisição de Bens Móveis ou Serviços

OFICIAL PÚBLICO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE

LOURINHÃ

1º

2º

-----Lourinhã, 27 de abril de 2015-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE

João Duarte Anastácio de Carvalho

Qualidade de Presidente da Câmara, em Representação do Município de Lourinhã

O SEGUNDO OUTORGANTE

Ana Margarida Pinheiro Vieira Lopes Gaspar

Qualidade de Administradora - NAUTILUS, S.A.

**IMPOSTO DE SELO:** Não aplicável nos termos dos arts 97º e 99º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28/04.

**REGISTO:** Contrato Efetuado pela DAG-CNE-EM e aí Registado no Lvº nº 1, para Registo de Contratos Avulsos de Fornecimentos e Empreitadas de Obras Públicas, sob o nº 07/2015

**Município da Lourinhã**  
**Informação de Cabimento**  
Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal  
REQ.I: 250/2015

7

h

Código de GOP - 2 1.1 2010/28 Ac.6 Mobiliário e painéis fotovoltaicos		
Fonte de Financiamento	Administração Autárquica	%
	Administração Central	%
	Fundos Comunitários	%
Classificação Funcional - 211		
Orçamento para o ano de 2015		
Classificação Orgânica - 0102		
Classificação Económica - 07011002 Outro		
1	Dotação Inicial	795.450,00
2	Reforços / Anulações	24.300,00
3	Congelamentos / Descongela-mentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	819.750,00
5	Compromissos assumidos	173.160,25
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	646.589,75
7	Compromisso relativo à despesa em análise	152.506,47
8 = 6 - 7	Saldo Residual	494.083,28

Data - 24-04-2015

Assinatura do responsável

Celia Santos

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao atual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (atual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)



Município da Lourinhã  
Ficha do Cabimento

REQ.I: 250/2015

N.Seq.: 18716

Serviço Requiritante: 28 CE

Organica: 0102 CÂMARA MUNICIPAL

Económica: 07011002 Outro

GOP: 2 Funções Sociais

1.1 Ensino não superior

2010/28 Construção da nova Escola Básica 2º e 3º Ciclo João das Regras

Acc.: 6 Mobiliário e painéis fotovoltaicos

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 523.500,00  
Cabimentado: 159.864,95  
Saldo: 363.635,05

Dependente de: Pedido n. 250/2015 referente a RI n. 243/2015

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
10-02-2015	918	188.805,00				188.805,00	Bens de imobilizado
24-04-2015	2223			20612	REQ.: 820/2015	0,00	
24-04-2015	2224			20612	REQ.: 820/2015	29.511,00	
24-04-2015	2009		-29.511,00			0,00	
24-04-2015	2012		29.511,00			29.511,00	
24-04-2015	2226			20612	REQ.: 820/2015	0,00	
24-04-2015	2228			20612	REQ.: 820/2015	36.298,53	
24-04-2015	2015		-36.298,53			0,00	

**Município da Lourinhã**  
**Informação de Compromisso**  
**Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal**  
**REQ.: 820/2015**

*[Handwritten initials]*

Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 20612/2015

Código de GOP - 2 1.1 2010/28 Ac.6 Mobiliário e painéis fotovoltaicos		
Fonte de Financiamento	Administração Autárquica	%
	Administração Central	%
	Fundos Comunitários	%
Classificação Funcional - 211		
Orçamento para o ano de 2015		
Classificação Orgânica - 0102		
Classificação Económica - 07011002 Outro		
1	Dotação Inicial	795.450,00
2	Reforços / Anulações	24.300,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	819.750,00
5	Compromissos assumidos	173.160,25
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	646.589,75
7	Compromisso relativo à despesa em análise	188.805,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	457.784,75

Data - 24-04-2015

Assinatura do responsável

*[Handwritten signature]*

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao atual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (actual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)



Município da Lourinhã  
Ficha do Compromisso

REQ.: 820/2015 N.Seq.: 20612

Serviço Requisitante: 28 CE

Cabimento prévio: REQ.1: 250/2015

Contrato:

Entidade: 2089 NAUTILUS - Indústria e Comércio de Imobiliário, S.A.

NIF: 503653179

Orgânica: 0102 CÂMARA MUNICIPAL

Económica: 07011002 Outro

GOP: 2 Funções Sociais

1.1 Ensino não superior

2010/28 Construção da nova Escola Básica 2º e 3º Ciclo João das Regras

Acc.: 6 Mobiliário e painéis fotovoltaicos

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24-04-2015	2223	188.805,00				188.805,00		
24-04-2015	2224		-29.511,00			159.294,00		
24-04-2015	2226		29.511,00			188.805,00		
24-04-2015	2228		-36.298,53			152.506,47		

13

  


## RECONHECIMENTO DE ASSINATURA

Ao abrigo do artigo 38º do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, reconheço a assinatura, aposta no documento anexo, de Ana Margarida Pinheiro Vieira Lopes Gaspar, titular do Cartão de Cidadão n.º 10869385 6ZY4, emitido pela República Portuguesa, válido até 08/07/2019, por confronto com a assinatura aposta no seu referido documento de identificação, na qualidade de Administrador, com poderes para o acto, da sociedade comercial sob a firma "NAUTILUS, S.A.".

Verifiquei a referida qualidade e a suficiência de poderes pela certidão permanente do registo comercial da dita sociedade, cujo código me foi facultado.

Este acto foi registado nos termos do artigo 1º da Portaria 657-B/2006, de 29 de Junho, sob o 2218110, podendo ser verificada a validade deste documento acedendo à página de internet [www.solicitador.org](http://www.solicitador.org) na opção "Validação de documento".

Porto, 2015-05-08



**RUI GONÇALVES**  
SOLICITADOR  
Cont. 163 520 978- R. F. Santo Tirso - C.P.nº 1373  
Rua São João de Brito, 605 E, 4.º, 4.1.  
4100-455 PORTO  
Telef. 226 056 400 - Fax 226 001 816